

Proteção social não contributiva sob a perspectiva da infância e da equidade: Síria¹

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

A Síria faz fronteira com Turquia, Iraque, Jordânia, Israel e Líbano. Em 2016, o país possuía uma população de 18,4 milhões de habitantes, dos quais quase metade (8,2 milhões) era menor de 18 anos e 2 milhões eram crianças de 0 a 5 anos. Em 2010, o país tinha um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,646, colocando-o na categoria de desenvolvimento humano médio. Porém, desde o início da guerra civil em 2011, os padrões de vida e a situação de segurança se deterioraram continuamente, com o IDH caindo para 0,536 em 2015. Além disso, os níveis de renda diminuíram drasticamente: 85,2 por cento da população vive agora na pobreza e 69,3 por cento na extrema pobreza, estando incapazes de assegurar itens de alimentação e produtos não alimentares básicos necessários para a sobrevivência.

A guerra causou mais que 250.000 mortes (até o início de 2017) e estima-se que 1,2 milhão de habitantes tenham sido feridos. São, ainda, 6,3 milhões deslocados internos e mais de 4,9 milhões que foram forçados a fugir do país. Esse fato estendeu a crise humanitária para os países vizinhos, como a Jordânia e o Líbano. Cerca de 13,5 milhões de pessoas, incluindo 5,8 milhões de crianças, têm necessidade de assistência humanitária — muitas delas vivem em áreas sitiadas ou de difícil acesso, tornando o fornecimento de assistência humanitária muito complicado. Além do sofrimento físico e psicológico causado pela violência generalizada, as crianças são afetadas pelo recrutamento forçado a grupos armados, deslocamento, casamento infantil, trabalho infantil e falta de acesso à educação e a serviços de saúde.

Antes da guerra (entre 2005 e 2010), a Síria passou por um rápido crescimento econômico. Reformas liberais foram feitas para tornar a economia dominada pelo Estado em uma economia social de mercado. O décimo plano quinquenal (2006-2010) convocava um “novo contrato social” e visava a ampliar a cobertura da seguridade social e fortalecer as redes de segurança. Além de programas contributivos como o *Public-Sector Pension Fund* (PSPF) e o *General Establishment for Social Insurance* (GESI), o governo oferecia programas de assistência social por meio do Ministério de Assuntos Sociais e Trabalho e por vários esquemas de subsídio. Quando os gastos militares e o *deficit* público aumentaram, os investimentos em subsídios caíram significativamente, o que contribuiu para o aumento de preços de produtos em mais de 20 por cento, só em 2015.

Em 2007, o governo anunciou o *National Social Aid Fund* (NSAF), um programa de transferência de renda voltado para a proteção de famílias de baixa renda com auxílio periódico para o desenvolvimento de capital humano. Para selecionar os beneficiários, uma medida por variável indireta das condições de vida (*proxy means test*) foi combinada com focalizações geográficas e categóricas. O programa visava à gradual introdução de condicionalidades para assegurar frequência escolar, *check-ups* de saúde regulares e melhorar a alfabetização. Os primeiros pagamentos foram feitos só em 2011, alcançando 439.000 famílias. O programa foi descontinuado depois das revoltas de 2011, e todo o sistema de proteção social foi afetado severamente. Discussões estão sendo conduzidas sobre a adaptação do NSAF à situação pós-crise.

Ademais, o Ministério de Assuntos Sociais e Trabalho e o Departamento de Assuntos Sociais operavam um programa de transferência de renda para pessoas com deficiências, financiado pelo governo. O montante mensal de SYP 3.000 por pessoa era pago a famílias com membros com paralisia cerebral, incluindo crianças.

Em razão dos gastos adicionais com saúde, famílias com crianças com deficiências estão entre as mais pobres do país. Para melhorar a situação delas, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) introduziu um programa de transferência de renda para apoiar famílias com crianças com deficiências complexas, em regiões selecionadas do país, em 2016. Além de transferências de renda mensais, assistentes sociais e ONGs especializadas dão suporte aos beneficiários, mediante o gerenciamento dos casos e de mecanismos de



informação para outros serviços existentes. Até meados de 2017, 4.500 crianças com deficiências complexas em Aleppo e 1.550 em Lattakia tinham sido beneficiadas. Foram alocados USD 2,5 milhões para Aleppo.

A duração e a intensidade do conflito sírio enfatizam a urgência da proteção social para as pessoas mais vulneráveis do país. A maior parte dos programas coordenados pelo Estado foi descontinuada, e uma grande proporção da população depende agora de assistência humanitária para sobreviver. As crianças são especialmente afetadas pela guerra, por enfrentarem muitas ameaças aos seus direitos mais básicos. Além de aumentar a assistência imediata, é vital que se trabalhe para a reativação dos programas pré-crise, como NSAF, e que se aprimorem suas características sensíveis à infância por meio de condicionalidades brandas, por exemplo. Também é crucial que se integre os programas humanitários para crianças aos serviços sociais existentes, como no caso do programa de transferência de renda com fundos da UNICEF, para se garantir, assim, uma transição gradual de sua gestão para agentes do governo, assim que as condições permitirem.

Nota:

1. Este *One Pager* foi retirado de um estudo detalhado, resultante de uma parceria entre o IPC-IG e a UNICEF MENARO. Todos os dados mencionados estão completamente referenciados no relatório completo: MACHADO, A. C., BILO, R., OSORIO, R. e SOARES, F. *Overview of Non-contributory Social Protection Programmes in the Middle East and North Africa (MENA) Region through a Child and Equity Lens*. Brasília e Amã: International Policy Centre for Inclusive Growth e UNICEF Regional Office for the Middle East and North Africa, 2018 <<https://goo.gl/QfmKwK>>.